



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**  
**CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E**  
**HUMANAS**

**CLAUDINÉIA LUCIANA FORMENTÃO DA SILVA**

**A RELAÇÃO ESCOLA – COMUNIDADE TRANSIÇÃO DE ESCOLA ITINERANTE**  
**EM ACAMPAMENTO - PARA COLÉGIO ESTADUAL MARIA APARECIDA**  
**ROSIGNOL FRANCIOSI, NO ASSENTAMENTO ELI VIVE I, EM LONDRINA, PR.**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2019**

**CLAUDINÉIA LUCIANA FORMENTÃO DA SILVA**

**A RELAÇÃO ESCOLA – COMUNIDADE TRANSIÇÃO DE ESCOLA ITINERANTE  
EM ACAMPAMENTO - PARA COLÉGIO ESTADUAL MARIA APARECIDA  
ROSIGNOL FRANCIOSI, NO ASSENTAMENTO ELI VIVE I, EM LONDRINA, PR.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado como requisito para obtenção de grau  
de Licenciado em Educação do Campo: Ciências  
Sociais e Humanas da Universidade Federal da  
Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria  
Eloá Gehlen

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2019**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Silva, Claudinéia Luciana Formentão da  
A RELAÇÃO ESCOLA ? COMUNIDADE TRANSIÇÃO DE ESCOLA  
ITINERANTE EM ACAMPAMENTO - PARA COLÉGIO ESTADUAL MARIA  
APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI, NO ASSENTAMENTO ELI VIVE  
I, EM LONDRINA, PR. / Claudinéia Luciana Formentão da  
Silva. -- 2019.  
41 f.:il.

Orientadora: Doutora Maria Eloá Gehlen.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso  
Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais  
e Humanas-Licenciatura, Laranjeiras do Sul, PR , 2019.

1. Escola Itinerante. 2. Escola Estadual. 3.  
Comunidade. 4. Participação. 5. Ensino e Aprendizagem.  
I. Gehlen, Maria Eloá, orient. II. Universidade Federal  
da Fronteira Sul. III. Título.



**CLAUDINEIA LUCIANA FORMENTAO DA SILVA**

**A RELAC,AO ESCOLA-COMUNIDADE NA TRANSIC,AO DE ESCOLA  
ITINERANTE EMACAMPAMENTO - PARA COLEGIO ESTADUAL  
MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI, NO ASSENTAMENTO  
ELI VIVE I, EM LONDRINA, PR**

Trabalho de conclusão de curso de gradua9ño apresentado como requisito para a obten9ño do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educa9ão do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira SuJ - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Eloa Gehlen (UFFS)

Este trabalho de conclusao de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 02/12/19

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Eloa Gehlen (UFFS)  
Presidente / Orientador(a)

Profa. Dra. Mareiane Maria Mendes (UFFS)  
Avaliador

Profa. Ma. Eliziane Gava (UFFS)  
Avaliador

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é o momento de expressar a gratidão, de olhar para os lados e ver que não se constrói sozinho. É reconhecer que a solidariedade, a cooperação, o companheirismo e a coletividade são imprescindíveis na elaboração de um trabalho como este, que está profundamente marcado por valores humanistas e socialistas.

Com este sentimento, agradeço especialmente a Deus em primeiro lugar, ao Movimento Sem Terra, por ser minha grande Escola, por me fazer compreender que a luta é muito maior que o conquistar a terra. É lutar sempre: pela terra, por escola, por reforma agrária e por transformação social. Agradeço a direção do assentamento ELI Vive I, por mostrar a importância de deixar de ser itinerante e me fixar no campo e ser assentada.

Ao setor de educação pelo estímulo e parceria, especialmente ao Alessandro Mariano, que contribuiu com a definição do objeto de estudo; ao Valter Leite, por sua sensibilidade e compreensão; a Gilda Maria Fernandes Pasqual presente em todos os momentos de estudo; a Maria Izabel Grein, pelo exemplo de vida, mulher lutadora, educadora, estudiosa e companheira.

Agradeço, também, à orientadora Maria Eloá Gehlen, me incentivou, tendo paciência e não desistindo de mim. Contribuiu comigo sendo diligente, compartilhamos seu conhecimento, sua experiência e sua amizade.

Aos professores Líria Ângela Andrioli (UFFS), Ana Hammel (UFFS), Marcos Gehrke (UNICENTRO), Marciane Maria Mendes (UFFS) e Eliziane Gava (UFFS), pelas leituras, releituras e contribuições imprescindíveis na banca de qualificação; pela disponibilidade e compreensão das minhas limitações, sem deixar de lado o rigor necessário ao trabalho acadêmico.

À Universidade Federal Da Fronteira Sul – UFFS, Licenciatura Interdisciplinar Em Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – pela oportunidade e disponibilidade. Nos permitiu estudar, pois mesmo com as limitações postas, enquanto instituição pública de educação superior, me possibilitou avanços. Agradeço a todos os professores da Universidade (UFFS) pelos aprendizados que tivemos; estendo

minha gratidão e reconhecimento ao assistente social William Prbybysz, do Serviço de Assistência aos Estudantes (SAE), pelo apoio necessário em todos os momentos.

Ao Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, pelos momentos de estudo e debates, pela disponibilidade de materiais e espaços. Aos colegas da turma, pelos debates e aprendizados. Agradeço, ainda, ao coletivo de educadores da Escola Maria Aparecida Rosignol Franciosi, que contribuiu com este estudo, participando da pesquisa e compreendendo minhas ausências, quando necessárias, para estudar. De maneira muito especial, quero agradecer às amigas, Sandra Aparecida Costa Ferrer e Fernanda De Oliveira Prasniewski pelo apoio na escrita e reflexão e, principalmente, pelo exemplo de mulheres estudiosas.

À família: aos meus pais Ester Lourenço Franco Formentão e Silvio Rosa. Ao meu esposo João Carlos Pereira da Silva, que esteve comigo desde a seleção até a conclusão deste trabalho, me fazendo acreditar que o ato de estudar seria um exemplo para toda a família. A vida traz grandes desafios e me fez aprender a amar, de forma especial, aquele que traz consigo um cromossomo a mais. Às irmãs Angélica Tais Rosa, Miriam Maiara Rosa e irmão' Michael Patrick Rosa, que estiveram comigo nos momentos dessa trajetória, incentivando, acreditando e, principalmente, cuidando, sendo presente.

Às amigas de todas as horas, Carmen Reis de Jesus, Rosana Pires Santana e Mariana Placidino Rosignol pelo apoio incondicional. Por fim, quero registrar os agradecimentos as pessoas que, de diferentes formas, contribuíram com a elaboração desta pesquisa, nos momentos de estudo, escrita, incertezas, cansaço, colo e conquistas.

As dinâmicas fazem parte da vida. Tem de ser a beleza que é construída coletivamente. Alguns conhecidos, outros anônimos, todos, porém com participação indispensável para a concretização desta etapa muito importante da vida.

## RESUMO

### RESUMO

A pesquisa tem como tema a transição de uma Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para tornar-se uma Escola Estadual. Os objetivos consistem em analisar a realidade do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, no assentamento Eli Vive I, em Londrina, no Paraná e verificar como acontece a transição dessa escola itinerante para o Colégio Estadual. Parte-se da análise da participação na escola da comunidade. A escolha do tema é proveniente da preocupação de como ocorre e se efetiva a transição de uma escola itinerante do Movimento Sem Terra, para uma escola estadual, em condições de assentamento de reforma agrária. Surgiu o interesse de compreender os limites e a potencialidade da participação da comunidade onde se localiza a escola, na proposta e experiência do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi. A metodologia é qualitativa, com pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com 8 membros da escola (sendo 3 que participaram da Escola Itinerante e 5 que se encontram na Escola Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi). Tem por finalidade destacar a realidade vivenciada nas duas escolas. O resultado aponta impasses e contradições na transição da escola itinerante para o colégio estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi como a fragilidade nos conteúdos ministrados, os estudantes desestimulados, a ausência da comunidade, os preconceitos explícitos quanto aos estudantes, gestão não democrática, mas, esperança na construção de ensino e aprendizagem para quase 4 centenas de estudantes.

**Palavras-Chave:** Escola Itinerante. Escola Estadual. Comunidade. Participação. Ensino e Aprendizagem.

## **ABSTRACT**

### **ABSTRACT**

The main subject of this paper is the transition process of an Itinerant school, located in a Landless Workers Movement's camp (known in Portuguese as MST), into a state school. Our objectives are to analyze the Maria Aparecida Rosignol Franciosi State School reality, in the Eli Vive I rural settlement, in the city of Londrina, Paraná, Brazil, as well as to verify how its transition into a state school works. To start, we analyzed the participation of the school in the community. This subject was chosen after a preoccupation with how the transition process from an MST itinerant school into a state school in a land reform settlement works and is effectuated. Our interest is to understand limits and potentialities of the community participation in the school's proposal and experience. The methodology applied in this research is qualitative, composed by bibliographic and documental reviews and semi structured interviews with eight school members (3 of them worked in the itinerant school and 5 of them work in the state school). The result points out to deadlocks and contradictions in the transition from an itinerant school into a state one, such as fragile curriculum, discouraged students, the absence of the community, explicit prejudice against students, and non-democratic management. However, there is still hope in constructing a teaching and learning process to almost four hundred students.

**Keywords:** Itinerant school. State school. Community. Community Participation, Teaching and learning.



## LISTA DE IMAGENS

### LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Sorteio dos lotes do Assentamento Eli Vive I e II.....	15
<b>Imagem 2:</b> Encontro das Famílias para o Sorteio dos Lotes .....	15
<b>Imagem 3:</b> Início da Escola Itinerante, no Acampamento Eli Vive I.....	17
<b>Imagem 4:</b> Á realidade de Alunos antes da construção da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi.....	21
<b>Imagem 5:</b> Maria Aparecida Rosignol Franciosi .....	23
<b>Imagem 6:</b> Imagem da Escola Maria Aparecida Rosignol Franciosi Ensino Fundamental e Ensino Médio, no assentamento Eli Vive I.....	24

# SUMÁRIO

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS DO ASSENTAMENTO ELI VIVE I, LONDRINA, PR .....	14
3.	CAPÍTULO II A LUTA E A CONQUISTA DA ESCOLA ITINERANTE MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI, NO ACAMPAMENTO ELI VIVE I .....	20
4.	CAPÍTULO III – AS MUDANÇAS DE ESCOLA ITINERANTE DO MST PARA COLÉGIO ESTADUAL MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI. ....	29
5.	CAPÍTULO IV – A PESQUISA COM AS ENTREVISTADAS .....	32
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS .....	40

## 1. INTRODUÇÃO

É interessante pesquisar a transição de uma Escola Itinerante do Movimento Sem Terra (MST), para o Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, no Município de Londrina, no Paraná. Essa mudança de Escola Itinerante para Escola Estadual provocam e representam as conquistas e construções já efetuadas no campo educacional, nesse local. É importante haver diálogo entre a escola e a comunidade. É necessária essa proximidade, visto que a escola está inserida em um assentamento de reforma agrária, onde as ações devem convergir da comunidade escolar juntamente com os pais e os sujeitos do campo.

Há necessidade de compreender a transição de uma Escola Itinerante para o Colégio Estadual e Municipal Maria Aparecida Rosignol Franciosi, no assentamento Eli Vive I, em Londrina, no Paraná. Como acontece? Que fatores favorecem e quais dificultam o ensino e a aprendizagem? Nesse sentido, escolhi esse tema em virtude de visualizar as dificuldades da comunidade de inserir-se na escola e verificar o quanto isso tem interferência na educação que ela realiza. O tema chamou a atenção por viver os problemas da escola. Isso é um assunto deveras importante para a realidade do assentamento Eli Vive I.

Os objetivos dessa pesquisa, consistem em analisar a realidade do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, no assentamento Eli Vive I, em Londrina, no Paraná e verificar como acontece a transição dessa escola itinerante para o Colégio Estadual. Parte-se da análise da participação da comunidade na escola.

A escolha do tema também é proveniente da preocupação de como ocorre e como se efetiva a transição de uma escola itinerante do Movimento Sem Terra, para um Colégio Estadual, em um assentamento de reforma agrária.

A metodologia é qualitativa e consta de 3 entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa documental na escola, assim como, a utilização da técnica de fotográfica e a revisão bibliográfica.

A relação que possuo com o tema faz sentido, visto que moro no espaço da comunidade Eli Vive I, em Londrina, PR e tenho visto adversidades em reuniões,

assim como, nas observações de campo, verifico os impasses que ocorrem nessa escola.

O presente trabalho de pesquisa originou-se do fato de sua autora ter sido acampada do Movimento Sem-Terra e posteriormente, estar no seu lote, situado no assentamento Eli Vive I, no Município de Londrina, no Paraná.

Também, a autora trabalhou como educadora na Escola Itinerante no acampamento e posteriormente como cozinheira no Colégio Estadual, do assentamento.

Vivenciou as angústias, as lutas e as conquistas para a implantação da Escola Itinerante no início do acampamento. Porém, agora vê-se frente as indagações, impasses, inconclusos na transição da Escola Itinerante para o Colégio Estadual. Tudo isso gera inquietudes por verificar a ausência de participação da comunidade na escola pública estadual, assim como, as relações humanas perdendo o sentido da unidade, do sentimento coletivo.

Outra preocupação, diz respeito ao ensino e aprendizagem dos estudantes do campo, que por estarem longe do meio urbano, necessitam de uma educação voltada para a sua realidade camponesa, para tornarem-se sucessores em seus lotes, apropriando-se de conceitos referentes a produção orgânica, sem utilização de venenos.

Possui um sentimento de pertença à escola e ao assentamento. Ali construiu-se como educadora, como produtora de alimentos, participando da vida da comunidade, de suas conquistas e festividades.

Possui a esperança de que apesar dos problemas existentes, os estudantes encontram-se participando de uma escola estadual e Municipal, construída pelos acampados, porém, agora com aportes do poder público. São centenas de estudantes vivenciando uma nova escola, mas que necessitam de muito ensino e aprendizagem em suas vidas.

Faz-se necessário entender que a Escola Itinerante estando no acampamento junto com as famílias, enfrentava inúmeras dificuldades materiais, porém, cabe a reflexão quanto as limitações e dificuldades que agora ela vivencia quando se torna uma escola do estado.

Há necessidade de verificar se a escola permanecerá ou modificará sua proposta pedagógica inicial, a partir do momento em que tornar-se Colégio Estadual, visto que ela já se encontra em processo de transição.

Nessa direção, ressalta –se o Dossiê MST – Escola (2005), ao afirmar:

[...] as decisões sobre a estruturação e o funcionamento da escola não cabem a uma ou duas pessoas, mas devem ser tomadas por um coletivo que represente o assentamento como um todo. A Participação real dos assentados na escola significa a criação de conselhos escolares: espaço coletivo de decisão sobre quem serão os professores, quem vai coordenar o dia a dia da Escola, qual será a relação da escola com a organização do assentamento, quais são as melhorias necessárias na infraestrutura e como conquistá-las, como implementar os princípios pedagógicos da educação do MST e o que priorizar nos estudos em cada ano ou semestre, letivos etc. (MST, 2005, p.41).

Esse documento orienta no sentido de as decisões da escola serem coletivas, tomando parte, também os assentados, em suas decisões e escolhas quanto aos professores, coordenação e quais estudos terão premência. Isso tudo visando uma escola participativa e democrática.

Verifico, inicialmente, inúmeros obstáculos com as mudanças de Escola Itinerante para a Escola do Estado. Mesmo ocorrendo mudanças em sua formatação institucional, a escola pode continuar tendo como objetivo construir e continuar com o vínculo existente com a comunidade, desde o seu início, quando era escola Itinerante.

Mas, nem sempre é assim. Porém, por tortos que sejam os caminhos, não podemos deixar a raiz da Escola Itinerante morrer. Houve toda uma luta pela educação de qualidade dos estudantes no acampamento, vinculando a escola com a realidade da vida. Nota-se, porém, que está mudando essa construção educacional coletiva, efetuada no tempo do acampamento.

Assim, no primeiro capítulo apresento a história e a realidade do acampamento que depois tornou-se o assentamento Eli Vive I: quem são os sujeitos que ali se fazem presente, o que produzem, quais suas preocupações, angústias, quais seus valores, costumes, religiosidade.

Na sequência, no segundo capítulo, apresento a luta dos pais acampados e a conquista da escola itinerante no acampamento Eli Vive I, do MST.

No terceiro capítulo verifico as mudanças de uma escola itinerante do MST para o Colégio Estadual, quanto a participação da comunidade dos assentados, as dificuldades, os impasses e os obstáculos quanto aos professores, estudantes, funcionários e direção.

Por último, apresento a pesquisa qualitativa efetuada mediante entrevistas semiestruturadas com 3 pessoas que participaram da escola itinerante e agora fazem-se presente no Colégio Estadual.

## **2. CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS DO ASSENTAMENTO ELI VIVE I, LONDRINA, PR.**

A origem da escola remonta ao processo de luta pela terra no Paraná, sendo a fazenda Guairacá ocupada pelo MST em 1991. Após 3 meses as famílias foram violentamente despejadas da área, resultando em grande número de feridos e dispersão das famílias na desocupação dessa fazenda.

Em 2008, o proprietário, temendo novas ocupações e não conseguindo arrendar ou vender a propriedade, ofertou a terra ao INCRA. A partir de fevereiro de 2009, 120 famílias ocuparam a fazenda Guairacá para garantir a posse da área, enquanto o INCRA, o MST e o proprietário negociavam.

Para lá foram deslocadas as famílias dos acampamentos: Maila Sabrina do Município de Ortigueira e 1º de Agosto do Município de Cascavel, PR. Os acampamentos eram constituídos por um grandes número de famílias Sem Terra que há anos estavam lutando por um pedaço de chão.

Nas negociações, o proprietário começou a fazer algumas exigências, tais como não poder fazer uso das áreas da sede da fazenda, assim como os acampados teriam que contribuir e cuidar dos espaços, demonstrando insegurança com a presença das famílias.

Depois de ser comprada a fazenda pelo Incra, a terra foi liberada para a vinda de novas famílias Sem Terra que foram convidadas à morar no futuro assentamento. Naquela oportunidade, foi liberada a construção de um acampamento na própria sede, isso somente aconteceu depois do proprietário ter retirado todos os seus bens e agregados.

Conforme o costume dos acampados e nessa área não foi diferente, foi organizada uma grande festa para a comemoração da conquista do espaço. O assentamento hoje, é constituído por 503 famílias divididas em duas áreas denominadas Eli Vive I e Eli Vive II, (também chamada de Pininga). Depois de tanto tempo de luta, as famílias do assentamento Eli Vive, vivem em um clima de alegria! Mais uma grande conquista da classe trabalhadora! Todo ansiosos para o sorteio dos lotes.

**Imagem 1:** Sorteio dos lotes do Assentamento Eli Vive I e II

**Fonte:** Sandra Aparecida Costa Ferrer, 27/09/2013.

A imagem acima traduz uma festa dos acampados; neste dia foi um ato de conquista pela terra, que vem de longo tempo de espera. Cada grupo fez um almoço coletivo para comemoração do sorteio dos lotes. Assim, ocorreu uma refeição, no pomar do acampamento, que passou a ser assentamento. Depois, na parte da tarde fomos para o sorteio dos lotes.

**Imagem 2:** Encontro das Famílias para o Sorteio dos Lotes

**Fonte:** Sandra Aparecida Costa Ferrer, 27/09/2013.



Nesta imagem, é possível observar um barracão onde estava acontecendo o sorteio do lotes, no dia 27/09/2013 no assentamento Eli Vive I, com 503 famílias. A autora dessa pesquisa encontra-se nesta foto, na primeira fileira com vestido listrado de vermelho.

O processo de implantação dos Assentamentos Eli Vive I e Eli Vive II vem ocorrendo a partir da aquisição da fazenda Guairacá, com 5.826 hectares e da fazenda Pininga, com 1.486 hectares, desde 25 de agosto de 2010 pelo Incra. Tendo sido assentadas 506 famílias.

No início de 2009, a escola começou a funcionar como extensão das Escolas Itinerantes Zumbi dos Palmares e Caminhos do Saber, ofertando apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental, devido à instabilidade do acampamento e o fato dos estudantes já estarem matriculados em outras escolas.

No final de 2010, ampliou-se de 100 para 500 o número de famílias no acampamento, o que exigiu a ampliação da escola com os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cabe salientar que as famílias exigiram que seus filhos estudassem, na escola existente no local, onde seria o assentamento.

O estabelecimento de ensino mais próximo é o Colégio Estadual Maria Helena Dalvatz, que fica 10 km de distância do assentamento, no distrito de Lerroville. Porém, os camponeses tinham claro o direito à educação e a escola na comunidade onde vivem. Exigiram que se ofertasse uma formação de acordo com a vida campesina e garantisse a permanência e a identidade dos sujeitos do campo.

Em 2011, com o aumento do número de crianças e jovens, construíram-se com madeiras das construções da antiga fazenda: 10 salas de aula, banheiros, secretaria, biblioteca, refeitório e cozinha. Os recursos financeiros para a aquisição de telhas, ferramentas necessárias e a mão de obra foram providos pela comunidade. Cada grupo de 50 famílias construiu voluntariamente uma sala da escola.

No início de 2012 foram construídas mais seis salas de aula com materiais de antigos barracões da fazenda, assim como, foi ampliada a biblioteca e feito melhorias nos banheiros.

**Imagem 3:** Início da Escola Itinerante, no Acampamento Eli Vive I



**Fonte:** Arquivo da Debora Dos Santos, 19/06/2012.

Nesta imagem é o chamado tempo formatura. Os educandos encontram - se em formato circular, quando são passado os informes, dado o grito de ordem de cada Núcleo de Base. É entoado o hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra dentro do pátio da escola, no acampamento Eli vive I.

A Escola Itinerante está funcionando até este momento, com a estrutura acima descrita. A imagem reflete o sentido da construção coletiva.

No decorrer da história e da luta pela escola, no dia 15 de agosto de 2014, foi protocolado na Secretaria de Educação de Londrina, Paraná o pedido e justificativa da criação da Escola Municipal do Campo “Trabalho e Saber”. Protocolo número: 7830/2014.

A comunidade da qual faz parte o Assentamento Eli Vive I é constituído por famílias oriundas de diferentes regiões do Estado do Paraná e de outros estados, incluindo famílias brasiguaias e comunidades vizinhas.

Como as famílias eram itinerantes, os adultos possuem deficiências na escolaridade, havendo grande número de analfabetos funcionais. Há também inúmeros adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio, exigindo eles que a escola também atenda essa população. Assim criou-se uma demanda para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tanto no nível da alfabetização como na sua continuidade. Hoje já existe a escola dentro do assentamento que atende o EJA, pelo Município de Londrina.

Como o assentamento ainda está em fase de implantação há uma dificuldade em aferir a renda familiar, pois o plantio tem sido mais voltado à subsistência da família

vendendo somente a produção excedente. A renda também é complementada com trabalho informal na região.

As linhas de produção previstas no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) são: gado leiteiro, possuindo considerável número de famílias já se dedicando a essa atividade; produção de café, com proposta de cultivo de café orgânico; hortifrutigranjeiros, com ênfase no cultivo agroecológico de verduras, legumes e frutas. Essa produção das famílias assentada acontece em seus lotes. Muitos plantam para sua própria sobrevivência e outros plantam também para venda.

Além destas 3 linhas principais, há famílias que irão se dedicar a outros tipos de produção: criação de suínos, caprinos, bovinos e peixes. Para desenvolver e comercializar sua produção, as famílias têm sua organização local e regional na Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária – União Camponesa (COPRAN), que possui sua sede no Município de Arapongas, Paraná, no assentamento Dorcelina Folador.

Essas características da produção necessitam do envolvimento da escola, preparando as futuras gerações para ocuparem seus espaços nos setores produtivos. Isso exige que a escola tenha recursos humanos e materiais para experimentos e pesquisas nas principais linhas de produção.

É interessante destacar também, que ocorrem festas no assentamento. São as datas comemorativas com a participação da comunidade tais como: aniversário do assentamento, dia das crianças, festa da batata, festa do milho, festa da inauguração da placa do assentamento e no final de ano a formatura dos educandos. Os esportes que são praticados no assentamento são torneios de futebol e cavalgadas.

A religiosidade é presença marcante no assentamento. O mesmo possui uma comunidade da igreja evangélica Assembleia de Deus e a igreja Católica, com participações.

Ao destacar como acontece o namoro e casamentos na comunidade, cabe ressaltar que a maioria dos namorados acabam “fugindo”, de sua casa para ter um relacionamento e viver junto. Também há o casamento comunitário que a igreja Católica faz dentro do assentamento Eli Vive I.

O encontro das famílias acontece mediante festas no assentamento e aqueles que possuem afinidade, costumam visitar-se e até mesmo prestar auxílio no trabalho na roça.

Os mutirões que existiam quando era acampamento as famílias organizava para coletas da lavouras e até mesmo uma organização dentro da comunidade, hoje não ocorrem mais. Eles se ajudavam bastante, porém depois que cada um foi para o seu lote acabaram-se os mutirões, visto que cada família cuida do seu lote.

Neste sentido, os assentados sentem-se felizes por terem conquistado um sonho que é a terra. Abandonar ela, não! Porém, eles não participam pouco das tarefas. Eles reivindicam, somente quando eles querem algo, ou que há relação com o Incra envolvendo a sua terra.

Os assentados que está inserido no assentamento Eli Vive I e II, participam de manifestações públicas no estado, em encontros de agroecologia, nos encontros dos sem terrinha. Alguns educadores participam de encontros que possuem relação com a educação e a escola.

Verifico que quando era acampamento existiam muitas reuniões com bastante participação dos acampados; era bem dinâmico, com grande frequência. Hoje, quando assentamento, depois que as famílias vão para o seu lote, já não tem tanta participação na escola. O objetivo dos assentados é cultivar e cuidar da terra que receberam.

Também não podemos esquecer, que muitos trabalham fora do assentamento para sua própria sobrevivência, visto que nem todos conseguem viver com a renda do lote. Há no local famílias carentes, no sentido econômico, as quais necessitam da ajuda da assistência social Município de Londrina, PR.

### **3. CAPÍTULO II A LUTA E A CONQUISTA DA ESCOLA ITINERANTE MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI, NO ACAMPAMENTO ELI VIVE I.**

A luta pela educação na Escola Itinerante do acampamento Eli Vive I, no Município de Londrina, no Paraná, nasceu da necessidade e da luta dos acampados, especialmente dos pais das crianças. A organização iniciou-se a partir da elaboração de uma proposta pedagógica para atendimento às crianças e aos adolescentes acampados naquele local.

O Departamento Pedagógico da Secretaria de Educação do estado do Paraná, Divisão de Ensino Fundamental, junto com o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, do Rio Grande do Sul, atuou de forma decisiva para a instalação dessa escola.

Conforme Marciane e Caroline (2008,p.1), no Caderno Escola Itinerante, há o relato que “Durante esses quatro anos, identificamos 13 Escolas Itinerantes no Estado do Paraná. Duas delas já passaram a ser escolas de assentamentos, as quais terão suas experiências relatadas neste caderno”.

Seguem as Escolas Itinerantes:

1. Paulo Freire, acampamento 1 o de Maio, General Carneiro;
2. Carlos Marighella, acampamento Elias Gonçalves Meura, Planaltina do Paraná;
3. Anton Makarenko, pré-assentamento companheira Roseli Nunes, Amaporã;
4. Caminhos do Saber, acampamento Maila Sabrina, Ortigueira;
5. Che Guevara, acampamento Oito de Março, Guairaçá;
6. Zumbi dos Palmares, acampamento Primeiro de Agosto, Cascavel;
7. Novo Caminho do Campo, acampamento Quatro de Setembro, Céu Azul;
8. Sementes do Amanhã, acampamento Chico Mendes, Matelândia;
9. Oziel Alves, acampamento Casa Nova, Cascavel;
10. Terra Livre, acampamento Terra Livre, Santa Tereza do Oeste;
- 11 . Antonio Tavares, acampamento Segunda Conquista, Espigão Alto do Iguaçu.

Entre muitas lições aprendidas nesta história, destacamos que ela se concretiza à medida que a comunidade acampada assume ela como sendo sua, dos trabalhadores, sem abrir mão deste direito já conquistado. Isto fica evidente desde a

luta para conquistá-la, até sua permanência no acampamento, efetivando a escola no cotidiano do acampamento. (Extraído do 1º número da coleção Fazenda Escola, editada pelo Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, setor de Educação, publicado em junho de 1998, com dados estatísticos atualizados).

As escolas mencionadas, atendem prioritariamente, às necessidades educacionais das diversas populações do campo, respeitando suas especificidades políticas, econômicas, culturais e socioambientais. É voltada para a população dos boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, populações atingidas por barragens, posseiros assentados, acampados, agricultores familiares, caboclos dos faxinais e quilombolas.

Desde a sua criação em 2003, a Coordenação Estadual da Educação do Campo, criada na Secretaria de Educação do estado do Paraná, na gestão do Governador Roberto Requião implementou diversas políticas públicas. Em 2010, a rede estadual de ensino possuía 100 mil estudantes matriculados em 584 escolas do campo, que incluíam unidades em ilhas, acampamentos, quilombos e itinerantes. (Escola Itinerante MST: História, Projetos na Experiências, 2008, p..13)

São escolas públicas que acompanham o deslocamento das famílias que estão nos acampamentos e garante às crianças, aos jovens e adultos acampados o direito à educação. A principal tarefa dessa escola é resgatar a dignidade destes sujeitos do campo.

A princípio, a Escola Itinerante do acampamento Eli Vive, funcionava debaixo das árvores; após um tempo passou para barracões de lona preta. As crianças sentavam no chão ou em pequenos bancos de madeira, confeccionado pelos pais, apoiando os cadernos no próprio colo, o que dificultava os registros escolares.

**Imagem 4:** A realidade de Alunos antes da construção da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi.



**Fonte:** Arquivo da Escola Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi 04/06/2013.

Esta imagem revela como os educandos estudavam, quando não tinha acesso à escola. Ela era feita em barracões de madeira, com os estudantes sentados dentro de cochos de boi para ter suas aulas. Essa era a realidade das crianças acampadas no Eli Vive I.

Após ter sido aprovada a Escola Itinerante do acampamento Eli Vive I, pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná, ela recebeu o nome de Experiência Pedagógica – Escola Itinerante, tendo como Escola Base a Escola Estadual de 1º grau Nova Sociedade, no Assentamento Itapuí, no Município de Nova Santa Rita, no RS, a qual passou a dar suporte organizativo e institucional, ocorrendo assim o seu reconhecimento oficial.

São responsáveis pela execução da proposta pedagógica nas Escolas Itinerantes: o MST, mediante sua Direção Estadual, a Direção dos acampamentos, a equipe de educação desses acampamentos.

A Secretária Estadual de Educação do Paraná, mediante a Divisão do Ensino Fundamental e o Departamento Pedagógico tem recebido assessoria da Comissão Interinstitucional de Educação de Londrina, nos acampamentos e assentamentos.

As Escola Itinerante nos acampamentos se organizam em etapas que correspondem ao Ensino Fundamental (de 1ª a 6ª série), com objetivos e conteúdos próprios a cada etapa da infância. Também é importante ressaltar a existência da

Ciranda Infantil em que acampados, que participam do movimento, deixam seus filhos para poder trabalhar.

As Escolas Itinerantes representam um marco importante na educação brasileira, por pautarem uma forma escolar diferente e trazerem consigo conteúdos que remetem a um modo de aprendizagem, ligada à realidade camponesa, que visa à emancipação do sujeito do campo.

É uma escola que tem sua pedagogia fortemente marcada pela prática social, com elementos que a aproximam de uma proposta de educação socialista, a partir de práticas pedagógicas resultantes de teóricos como Pistrak, Makarenko, Krupskaya, entre outros (CAMINI, 2012, p.19-2000).

As famílias deram-se conta da necessidade de ter uma escola para seus filhos e assim constitui-se a Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, situada, no assentamento Eli Vive I, na fazenda Guairacá, distrito de Lerroville, no Município de Londrina, no Paraná.

O nome do Colégio foi uma forma de reconhecimento a pedagoga Maria Aparecida Rosignol Franciosi, que atuou como educadora, no ano de 2003 a 2006, na Escola Itinerante Caminhos do Saber, no Município de Ortigueira, Paraná. Destacou-se pela seriedade de seu trabalho no MST e na luta pela Educação do Campo.

Antes de vir para o acampamento, Maria Aparecida Rosignol Franciosi, lutou para que a educação acontecesse para toda a classe trabalhadora. Iniciou sua experiência educacional no movimento estudantil, no meio sindical e depois no MST. Fez-se respeitar pela sua coerência, sentimento de pertencimento e dedicação às tarefas que lhe foram atribuídas. Foi liderança em diferentes espaços do MST, mas não deixou de atuar como educadora.

Já em 2006, perdeu sua vida em um trágico acidente de automóvel, no trevo de acesso à cidade de Faxinal, no Paraná. Em virtude da maior parte das famílias que vieram para o assentamento Eli Vive I, serem provenientes do acampamento Maila Sabrina, no Município de Ortigueira, no Paraná, região onde a educadora era reconhecida, o seu nome foi sugerido pelo coletivo das famílias acampadas, como o nome da escola.



O registro fotográfico mostra a educadora que o colégio leva o nome em sua homenagem.

**Imagem 5:** Maria Aparecida Rosignol Franciosi



**Fonte:** Arquivo de Gilda Maria Fernandes Pasqual, 2008.

Nessa escola, no ano de 2014, funcionavam 21 turmas, no período da manhã e da tarde, atendendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com 376 educandos.

Os estudantes são dos assentamentos e agora, começa a receber outros educandos das comunidades vizinhas. Os educadores das séries dos anos iniciais, são filhos de assentados. Já os professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio vem do Município de Londrina, Paraná, com o vínculo de contrato (via PSS).

Outro limite enfrentado pela comunidade escolar é a situação precária das estradas, em épocas de chuva. Em 2014, conforme demonstração documental, do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, as crianças perderam 200 dias letivos.

Os professores acabavam chegando tarde na escola e saindo antes do término do horário escolar, pois dependiam dos ônibus de outra escola que fica a 10 Km.

As escolas do campo são desrespeitadas pois tem as suas especificidades. Os 200 dias letivos não são cumpridas devidos aos dias de chuvas onde não funciona o transporte escolar; podemos analisar que isso acontece inúmeras vezes no ano escolar.

**Imagem 6:** Imagem da Escola Maria Aparecida Rosignol Franciosi Ensino Fundamental e Ensino Médio, no assentamento Eli Vive I.



Fonte: Claudineia Luciana Formentão da Silva, 2018.

Esta imagem apresenta a parte frontal do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, com o refeitório onde os educandos se alimentam e utilizam o espaço também, para realização de apresentações.

O Movimento Sem Terra, junto com a comunidade e professores, contribuiu com a feitura do Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013) da escola. Ela é organizada por ciclos da vida humana. A formação omnilateral dos sujeitos é uma de suas bases.

As matrizes educativas, que perpassam o PPP, constituem-se da luta social, o trabalho como princípio educativo, a história e a cultura. Ele também, vem marcando pelas necessidades de cada sujeito do campo, que é parte dessa escola no seu processo educativo. A coletividade tem a compreensão da educação como elemento fundamental, nesse processo de construção de sujeitos do campo emancipados.

Todos estes processos e elementos estão sendo escritos e elaborados coletivamente no novo PPP do Colégio Estadual; muitas dúvidas vão surgindo no sentido do que colocar no PPP e assim garantir o funcionamento dos setoriais, dos tempos educativos que acontecem e fazem parte do processo de gestão. Os setoriais são núcleos organizativos dos assentados tais como: saúde e bem-estar, agrícola e embelezamento.

Em 2019, a escola possuía 14 turmas, com 224 educandos no Colégio Estadual e 170 na Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber. Os professores do Ensino Fundamental e das Séries Iniciais vem do Município de Londrina, no Paraná, pois

passaram em concurso público, ou são contratados via PSS. Os funcionários da escola do estado atuam como agente I e II e são moradores do assentamento.

A estrutura física da escola é a mesma do início do acampamento, embora hoje há alguma estrutura de material. As salas são todas de madeiras e a pintura é de verde e vermelho, tendo sido realizado algumas melhorias. As estradas continuam precárias, porém, os professores têm ônibus que consegue chegar até a escola no início das aulas e sair nos horários de término dos períodos escolares.

Depois que houve o sorteio dos lotes, os pais e a comunidade já não se encontram presentes na escola, quanto na época de acampados, por terem um pedaço de terra para plantar. Antes, havia maior contribuição e maior diálogo. As pessoas que contribuem com a escola são os que possuem cargos na escola; muitos pensam que as pessoas são contratadas e têm de fazer os serviços da escola, pois tem um salário no final do mês. A escola sente falta da inserção da comunidade.

O processo educativo é construído e avaliado pelo coletivo e direção dos acampamentos, mas Ao analisar a transição da escola do acampamento para a escola do Estado, observei como é imensa essa mudança. Já não tem mais aquela união da coletividade o companheirismos que existia na época do acampamento. Nas escolas do estado, há competição, falta de solidariedade, um querendo “tomar o lugar do outro”, tendo como princípio a individualidade.

Também é realizada assembleia com os pais e alunos, professores e pela equipe de educação do acampamento, em conjunto com a escola.

A Escola Base tem como função acompanhar e dar suporte legal a vida escolar dos alunos e a vida funcional dos professores, como também os incluir no seu corpo administrativo, financeiro, conduzindo a verba financeira em benefício dessa Escola Itinerante.

A escola possui uma estrutura física efetuada nos acampamentos e sua atuação pedagógica e de assessoria legal dá-se mediante a atuação de sua direção, da secretaria, da supervisão e das orientações da Escola Base.

Essa escola foi pensada em tempo integral, em que o aluno tem aula em um turno e no outro participa de oficinas pedagógicas, com o objetivo de ampliar os tempos formativos, desenvolvendo habilidades e expressões culturais. As oficinas são

assumidas pelos monitores, pelo pais e pessoas da comunidade, quando na sua fase inicial de implementação. Elas representam um grande desafio pedagógico para as equipes que nela trabalham.

A organização curricular aconteceu desde o início, quando os professores foram estudando, discutindo, selecionando os conteúdos, planejando, refletindo seus avanços, desempenhos, assim como, verificando as angústias que aconteciam, como um dos movimentos mais importante do processo pedagógico.

A avaliação, na escola itinerante ocorre de forma global, participativa e contínua acompanhando o processo de construção do conhecimento e aprendizagem dos alunos. Diariamente, o aluno é observado, avaliado e acompanhado em seu desenvolvimento, conforme critérios estabelecidos pelos professores em cada etapa.

Importa dizer que na concepção dialética da proposta de avaliação dessa escola, avaliar significa considerar e valorizar todos os momentos pedagógicos, isto é, a metodologia, o conteúdo, os professores e a comunidade cada qual com suas responsabilidades, tendo em vista o crescimento coletivo.

Por isso, não há como discutir um projeto educativo em um acampamento ou assentamento de reforma agrária, sem incluir a dimensão das relações sociais dos sujeitos do campo inseridos na escola, para que a prática educativa aconteça.

A Escola atua com a proposta dos complexos de estudo, conforme teorização e prática de Pistrak (2000). Ela está em curso e foi sistematizada e implementada nas Escolas Itinerantes e na Escola Base há cerca de dois anos.

Ressalta-se que desde o início de sua proposta educativa, o MST tem destacado a necessidade da escola estabelecer um vínculo orgânico com a comunidade, com a realidade em que se insere. É nesse contexto, que as Escolas Itinerantes do Movimento Sem Terra, no Paraná, assumem o desafio da implementação da proposta dos complexos de estudo, na qual há uma relação estreita entre escola e comunidade, de forma profunda.

Para que essa proposta, alcance seu potencial formativo, a escola e a comunidade precisam estar articuladas. Pode-se dizer que a essência da proposta dos complexos de estudos é a relação do ensino com a vida e para que isso aconteça a escola precisa ter uma estreita relação com a comunidade. O Dossiê MST – Escola (2005) explica:

Não dá nem para imaginar que este novo currículo e esta nova proposta de escola vão ser organizados e planejados pelo professor sozinho. Isto é impossível. Este tipo de escola só vai acontecer se o assentamento todo participar dela. O professor precisa conhecer profundamente a realidade do assentamento [...]. (MST, 2005, p.53).

Um dos limites, também, está na não compreensão do que são os complexos de estudo por parte da coordenação da escola, pois, quando os coordenadores têm clareza, eles conseguem visualizar o momento em que seus professores utilizam metodologias fragmentadas, que contradizem a proposição, ao mesmo tempo que conseguem contribuir, em diferentes momentos, com o professor. Entretanto, aponta-se que houve uma melhoria da ação docente com a formação coordenada pelo Setor de Educação do MST e desenvolvida pela própria coordenação ou por um teórico da elaboração. Então, a formação é considerada fundamental e precisa ocorrer, pois o nível de compreensão interfere em como a coordenação e os professores atuam.

Uma forma de educação continuada dos professores aconteceu, em 2013, com um dos cursos de formação dos complexos de estudo em Cascavel, entre os docentes das Universidades Estaduais do Paraná e os membros do MST, que fizeram parte da elaboração da proposta, entretanto, em face da distância, duas escolas itinerantes ficaram sem acompanhar este momento de formação continuada. Além destas, duas escolas criadas, recentemente, também, estão sem este olhar externo. Saliento que quando “alguém de fora da escola” vem e faz a formação, ele esclarece as dúvidas referentes à proposta. Isso facilita tanto o planejamento como a execução, logo, as pessoas que dominam o processo precisam chegar até a escola. Pois, são elas que fizeram parte da elaboração do Plano de Estudo e são docentes das instituições de ensino superior.

Os complexos de estudo, é uma nova proposta curricular, que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra vem pautando, desde, a implementação das escolas itinerantes. Ela vem sendo aprofundada e estudada, juntamente com o auxílio do teórico Luiz Carlos de Freitas (Unicamp) e dos teóricos russos em quem que ele se ancorou, como Pistrak e Makarenko. Essa proposta dos complexo de estudo é uma nova proposição curricular, com a tentativa de sua implementação no Colégio Maria Aparecida. A principal diferença é que eles utilizam a vida, o cotidiano dos educandos como uma forma de mediação dos conteúdos escolares. Não é negar ou deixar de fazer os conteúdos escolares que já existem, que são universais, mas é utilizar a vida dos educandos do campo, como uma forma de mediação deste conteúdo.

E olhando para o colégio atual o qual não trabalha com a realidade do sujeito que está no campo, o qual vem de uma escola itinerante e sente falta da mediação do

conteúdo para os educandos. Existe uma forma diferenciada para trabalhar com as crianças acampadas ou assentadas da comunidade.

O sujeito educador que está inserido, no assentamento ou acampamento, precisa ajudar a planejar a vida escolar dentro do espaço em que ela acontece. As crianças precisam também, espalhar seus conhecimentos, ajudando um conjunto de pessoas dentro da comunidade assentada pela reforma agrária.

Imagem 7: Pórtico de Entrada da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi.



**Fonte:** Debora do Santos, 14/09/2012.

Esta imagem é da entrada da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, que foi construída em forma circular, no sentido de garantir a horizontalidade das relações que ocorrem no ambiente escolar.

#### **4. CAPÍTULO III – AS MUDANÇAS DE ESCOLA ITINERANTE DO MST PARA COLÉGIO ESTADUAL MARIA APARECIDA ROSIGNOL FRANCIOSI.**

O que significa um processo de transição? Quais os fatores envolvidos? Como reagem os sujeitos em relação à construção dessa política pública? Estas e outras questões motivaram a pesquisa para entender o que muda com a consolidação do assentamento e a transformação da escola.

O processo de constituição da escola implicou muitas dificuldades e diálogos com a realidade, com o processo organizativo da comunidade. Isso porque, a transição da escola, naquele momento também significou uma transição de acampamento para assentamento (ida para o seu lote) de toda a comunidade.

No decorrer desse processo de transição, articulam-se elementos necessários para a construção de uma proposta de escola. São nessas etapas que se busca identificar e categorizar a nova escola, pois há uma crítica ao processo de escolarização na visão dominante e, em particular, a necessidade de ter uma visão ligada ao modelo de educação construído pelo MST, com ações transformadoras.

Foram discutidos elementos ligados à experiência da transição da Escola Itinerante para Escola Municipal e Colégio Estadual. O debate existente no coletivo da escola é pensar como assegurar uma educação que responda aos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos dos Sem-Terra.

Porém, com as alterações das prioridades da escola e dos sujeitos envolvidos, faz-se necessário resgatar alguns conceitos estruturais esquecidos, tais como “o que interessa aos assentados do MST” e “o que significa ser uma escola do campo”, entre outras questões suscitadas. Para recuperar estas questões, elencamos como categorias de análise: a relação escola – comunidade de assentados – o setor público, a inserção de novos educadores e a construção das estruturas físicas e pedagógicas da nova escola.

Num processo de transição da Escola Itinerante para Escola estadual precisa-se considerar as modificações que, além de espaço físico, significam mudanças nos processos de gestão e na reorganização do coletivo educacional. Isso demandará

uma atuação concreta por parte da comunidade, no sentido de garantir a construção coletiva do projeto educativo gestado na Escola Itinerante.

É necessário identificar a ação dos sujeitos envolvidos na construção dessa nova escola, entendendo que nessa ação histórica estão postos os valores, as crenças e as convicções que movem cada pessoa e o coletivo ao qual pertencem. Olhando para o processo o que muda com a transição da escola, precisa estar legitimado no marco legal da mantenedora e em sua interferência nos processos pedagógicos.

A condição da Escola Itinerante estar fisicamente situada em de acampamento é um dos argumentos para o estado assegurar políticas de educação nessas áreas, mediante uma Escola base, que assume as responsabilidades legais sobre ela.

Com a consolidação do assentamento e a transição da escola, ela passa a existir “legalmente”, isto é, com a possibilidade de responder enquanto instituição oficial e poder receber recursos e investimentos da mantenedora, sejam eles estaduais ou municipais.

Além disso, o MST lutou e luta por escola pública, mesmo em condições de acampamento/Itinerante, assim como por espaços de decisões e de gestão democrática, participando dessas escolas.

No início do acampamento, diante a realidade instalada, o MST preocupado com a escolarização e aprendizagem das crianças, desafiou-se a construir um espaço para as crianças estudar. Convidou pessoas voluntárias para contribuírem como educadores. Assim, foi possível perceber o desafio, pois além da estrutura precária, existia um grande grupo de crianças sedentas por aprender. Considero ter-me tornado educadora, pela experiência em sala de aula, na escola Itinerante. Mesmo já tendo um vínculo com o estado, na escola onde atuava como cozinheira.

A proposta pedagógica do MST, para as escolas dos assentamentos, não é algo acabado e pronto. Pretende ser as linhas que norteiam o debate a respeito da educação e das práticas dos professores. É necessário perquirir quem vai discutir: toda a comunidade escolar com a participação das instâncias diretivas do Movimento Sem Terra, outras pessoas engajadas na educação dos assentados. Também cabe perguntar como fazer a discussão da passagem da escola Itinerante para a escola estadual.



Existem as linhas principais de ação do setor de Educação do Movimento Sem-Terra, entre elas:

1.Fortalecer a identidade Sem-Terra e a pertença ao movimento entre educandos, educadores e famílias acampadas e assentadas.2 Fazer trabalho de base junto ás famílias sem Terra sobre a Importância da educação e da escola.3 Mobilizar as famílias, e em especial aos sem terrinha, na luta por escolas nas áreas de assentamentos e acampamento. 4Fazer mobilizações específicas em vista da implantação de escolas itinerantes nos acampamentos. Fortalecer a luta por uma Educação Básica do Campo junto com outros movimentos e organizações da sociedade. 28. Continuar e qualificar as parcerias universidades, secretarias de educação, sindicatos de professores e outras entidades para ampliar a luta e a discussão da educação na sociedade. (Caderno de Educação, N 14 junho de 2017).

No assentamento Eli Vive I, em Londrina, PR existe o setor de Educação do Movimento Sem Terra, mediante a coordenação da educadora Gilda Maria Fernandes Pasqual. Os dirigentes do movimento se fazem presente nas discussões das escolas, porém, de maneira não tanto quanto o desejado.

Analiso que a mudança da não presença dos dirigentes no Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, pode causar danos. Visto que, quando era Escola Itinerante tinha participação por estar perto do acampamento. Hoje as famílias foram para seus lotes e tornou-se muito distante o relacionamento com a escola. Hoje tem reunião só quando é necessário com informes importantes para a comunidade. Os componentes dos grupos, como os coordenadores ainda existem e repassam os informes para as famílias.

Depois que houve a conquista dos lotes podemos notar que as assembleias escolares somente são efetuadas quando necessitam da comunidade e ela é informada para esta na sede; a comunidade não se faz presente nas assembleias do educandário, nas oficinas. Só comparecem na escola em datas comemorativas previstas no calendário escolar.

## 5. CAPÍTULO IV – A PESQUISA COM AS ENTREVISTADAS

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 3 pessoas que viveram a experiência da escola itinerante e agora atuam na transição para o Colégio Estadual, no assentamento Eli Vive I, em Londrina, PR. Foi assegurado o sigilo das respostas. As entrevistadas serão nomeadas com nomes fictícios.

A entrevistada Rosa nos assegurou que “a Escola Itinerante tinha uma organização mais coletiva, com participação da comunidade. A proposta política e pedagógica da escola era mais colocada na prática. Tinha mais formação com a comunidade e participação da mesma no cuidado e construção da escola. O setor de educação tinha um representante para estimular a formação da comunidade e dos educadores”.

Ao analisar a resposta da entrevistada observo a participação da comunidade de modo efetivo na escola itinerante, cuidando e construindo a escola. Havia mais formação para a comunidade e sua organização era de forma coletiva, com representante do Movimento Sem-Terra (setor de educação) presente auxiliando na formação de todos.

Depois Rosa, no seu depoimento respondeu também que “hoje o setor de educação do movimento está afastado. A comunidade se afastou, o quadro de educadores não têm formação em relação a proposta da comunidade e as burocracias do estado e município, juntando a precariedade das estradas, impedem o funcionamento pleno da proposta”.

Verifico que, a entrevistada ressalta que agora, a comunidade se afastou da escola, assim como o setor de educação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Os educadores desconhecem a proposta de formação da comunidade, as estradas continuam precárias e a burocracia institucional dificulta o funcionamento da proposta original da escola itinerante.

Na sequência, apresento as respostas dadas pela entrevistada Dália “no início era uma escola que todos participavam, os pais se faziam presentes. Todos tinham o desafio de manter a escola itinerante de pé. A comunidade ajudava em tudo, principalmente nos trabalhos. Eu fazia parte do setor de educação. Hoje não é como

antes porque a turma era unida, tinha que ter mais reunião. Os pais pararam de participar na escola, desse modo os alunos passaram a matar aulas, ocorrem brigas entre eles.

Na entrevista de Dália percebe-se que os pais que eram atuantes na escola itinerante, atualmente pararam de participar, quando passou a escola a ser do estado. São poucas as reuniões existentes. A comunidade era dedicada nos trabalhos a serem efetuados na escola. Há um dissabor ao mostrar os alunos sem incentivo para ir às aulas, com brigas entre eles. Demonstra que no início havia união, participação da comunidade e um fim comum de manter, de pé, uma escola que era de todos.

Na sequência, Dália respondeu que: “a direção tinha que ser mais coletiva e democrática. Deve prepará-los para vida, independente do local. A escola é para formar alunos capazes de buscar a forma melhor de se viver. Acredito que o colégio precisa focar mais no básico e essencial, dando os alunos uma boa capacidade de interpretação de textos da realidade. Podia mudar através de eventos que envolvem a comunidade, como teatro e o resgate da história do acampamento e do assentamento. O ensino está atrasado nos conteúdos técnicos; a principal diferença que se dá pois, antes havia proximidade dos conteúdos com a realidade dos assentados. Tem que parar de tratar os alunos como coitados, como “vítimas”.

Pelo que se depreende da resposta da entrevistada, há alguns problemas pontuais na atual escola como: a gestão da escola não é democrática, os conteúdos técnicos estão atrasados, assim como distantes da realidade dos camponeses. Essa escola não prepara os estudantes para a vida, além de tratá-los com preconceito como coitados. Há necessidade de ter mais eventos que envolvam a comunidade, também fazendo um resgate de sua história, para que ela não se perca. Ela relata os educandos precisam aprender o básico, porque o processo de aprendizagem está deficiente nos conteúdos técnicos.

Após, entrevistei Florisbela, que relatou a respeito da escola atual. “Sim de vez em quando é feita reunião no coletivo com a direção da escola e com a comunidade. Alguns professores têm o domínio dos conteúdos, mas outros deixam a desejar, os estudantes fazem o que querem. Falta na escola: quadra de esportes, salas mais adequadas para os estudantes terem um melhor desempenho. Gostaria também, que não tivesse desigualdades. Todos devem ser tratados de forma igual.

entre diretor, professores e funcionários como seres humanos, o que nessa escola não acontece”.

Verifica-se no relato de Florisbela que a escola encontra dificuldade para trazer os pais e responsáveis para a escola, até mesmo em reuniões que acontecem de vez em quando. A estrutura da escola continua a mesma da antiga escola. Faz falta uma estrutura esportiva, assim como melhorias nas salas de aula. Também, ela manifesta que alguns professores não detém o domínio dos conteúdos. Ela ressalta que nas questões de poder há desigualdades nas relações humanas entre professores, funcionários e direção. Um tratamento igualitário ali não acontece. Há uma formação de um setor reacionário, dentro da escola, com educadores desligados da proposta da escola.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi efetuada mediante as interrogações surgidas na passagem de uma Escola Itinerante de um acampamento de reforma agrária, para uma escola do estado.

Os objetivos dessa pesquisa, consistiram em analisar a realidade do Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, no assentamento Eli Vive I, em Londrina, no Paraná e verificar como acontece a transição dessa escola itinerante para o Colégio Estadual. Partiu-se da análise da participação da comunidade na escola.

A escolha do tema adveio da preocupação referente a transição de uma Escola Itinerante do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, para um Colégio Estadual, em um assentamento de reforma agrária. A fraca participação da comunidade na escola foi analisada, assim como as relações desiguais estabelecidas na nova escola, além do precário ensino e aprendizagem dos estudantes.

A metodologia da pesquisa foi qualitativa. Constam 3 entrevistas semiestruturadas com pessoas que vivenciaram a escola itinerante ou que vivenciam agora a escola estadual. Além disso, foi efetuada pesquisa documental na escola, utilizada a técnica da fotográfica e a revisão bibliográfica.

Assim, no primeiro capítulo apresentei a história e a realidade do acampamento que depois tornou-se o assentamento Eli Vive I: quem são os sujeitos que ali se fazem presentes, o que produzem, quais os seus valores, costumes, suas preocupações e angústias.

Na sequência, no segundo capítulo, efetuei um relato da luta e a conquista da Escola Itinerante no acampamento Eli Vive I, do MS.

No terceiro capítulo verifiquei as Mudanças de uma Escola Itinerante do MST para o Colégio Estadual, quanto a participação da comunidade de assentados, as dificuldades, os impasses e obstáculos.

Por último, apresentei a pesquisa qualitativa efetuada mediante entrevistas semiestruturadas com 3 pessoas que participaram da escola itinerante e agora fazem parte do Colégio Estadual.

A transição de uma Escola Itinerante para uma Escola do Estado demonstrou trazer inúmeros impasses, entre eles o afastamento da comunidade da Escola. Os pais pouco comparecem nas poucas reuniões efetuadas. Percebe-se que já não há mais o sentimento de pertencimento da escola; há falta de interesse da comunidade e da escola em trazer os assentados para o seu convívio com maior frequência; falta o re-conhecimento dos assentados, que a escola foi fruto de suas lutas, somente que agora ela pertence a uma entidade estatal, na qual eles podem e devem influenciar.

Outro fator em destaque, em uma entrevista, é a ausência da direção do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra na escola estadual. Ela fazia-se muito presente quando era a escola itinerante. Hoje, isso não mais acontece.

As entrevistas demonstram falta de conteúdo de alguns professores, estando eles atrasados, no nível técnico. Uma entrevistada revela o afastamento do conteúdo do ensino da realidade dos filhos de camponeses. Também, há deficiência no ensino e na aprendizagem dos estudantes, que algumas vezes são tratados com preconceito, como coitados e vítimas. Os alunos demonstram desinteresse pelas aulas, faltando ou brigando. A direção da Escola é vista como quem efetua uma gestão de forma não democrática, autoritária, em desrespeito ao que preceitua a Constituição Federal de 1988. As questões de poder demonstraram uma fragilidade nas relações humanas entre direção, professores e funcionários, com o relato de não haver tratamento igualitário.

A estrutura da Escola continua a mesma de quando era itinerante, no início do acampamento, faltando uma quadra de esportes e melhorias nas salas de aula. Também, o problema da precariedade das estradas, em dias de chuva continua sem solução.

Nota-se pelo exposto, que a atual Escola estadual possui problemas comuns às escolas públicas do estado. A escola quando deixa de ser itinerante assume os ônus e bônus decorrentes de ser do poder público.

Porém, é uma escola foi conquistada pela comunidade dos acampados, agora assentados da reforma agrária. E essa luta não foi em vão, visto que nesse ano de 2019, a escola possui 14 turmas, com 224 educandos no Colégio Estadual e 170 na Escola Municipal. São 394 crianças e jovens estudando. Esses educandos encontram-se assistidos no ensino e aprendizagem, de forma restrita, mas existente. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) encontra-se efetivada às expensas do Município de Londrina, Pr. As Escolas Estadual e Municipal seguirão com suas

contradições, avanços e recuos. Porém, existem 4 centenas de estudantes presentes na escola, construindo conhecimentos e aprendizagens, da forma como é possível.

Segunda Babniuk,(2009, p..331) Escola itinerante é a denominação dada às escolas localizadas em acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social que parte da reivindicação pelo acesso à terra, articulando- a ao projeto de transformação social.

Denominam-se itinerantes porque acompanham a luta pela reforma agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. Desta forma, a escola itinerante, em seus objetivos gerais, não se diferencia das demais escolas do MST; o que se altera são as circunstâncias em que ela está inserida: em um acampamento, que, em geral, tende a ser um espaço no qual a luta de classes é mais evidente. As escolas itinerantes vêm responder à necessidade concreta de assegurar a escolarização das pessoas que vivem em acampamentos, inicialmente as crianças. Era comum que elas perdessem o ano letivo devido às mudanças constantes, à falta de vagas nas escolas próximas dos acampamentos e à discriminação sofrida pelo fato de serem sem-terra (por suas roupas surradas, por estarem com cheiro de fumaça, por serem pobres).

O reconhecimento legal da escola itinerante ocorreu pela primeira vez no estado do Rio Grande do Sul, fruto de pressões e reivindicações do MST. Tal proposta foi debatida e elaborada pelo Setor de Educação do MST e pela Secretaria da Educação do estado do Paraná. Em seguida, foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, sob o parecer nº 1.313, de 1996. Porém, esta proposta vinha sendo construída desde as primeiras ocupações do MST, na década de 1980, nos acampamentos da Encruzilhada Natalino e da Fazenda Annoni, nos quais aconteceram as primeiras experiências escolares no MST.

Neste período, eram denominadas de “escolas de acampamento”, e nelas já se colocava a necessidade de construir uma escola que contribuísse para a luta da classe trabalhadora. As escolas itinerantes são escolas públicas que compõem a rede estadual de ensino e são aprovadas pelos Conselho Estadual de Educação. Por se movimentarem com a rotatividade dos acampamento e da luta, têm de estar vinculadas legalmente a uma escola base que é a responsável por sua vida funcional como: matrículas, certificação, verbas, acompanhamento pedagógico. Geralmente, a escola base localiza-se em um assentamento do MST, referenciando-se no projeto educativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Nas escolas itinerantes, de forma geral, os educadores responsáveis pela educação infantil e pelos anos iniciais do ensino fundamental são acampados do MST. Muitos deles trabalham

de forma voluntária.

Os educadores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio são professores da rede estadual de ensino, selecionados a partir das exigências da Secretaria Estadual de Educação. Em alguns casos e momentos, assumiram esta modalidade de ensino estudantes voluntários das universidades. A Escola Itinerante foi aprovada em seis estados: Rio Grande do Sul (1996), Paraná (2003), Santa Catarina (2004), Goiás (2005), Alagoas (2005) e Piauí (2008).

Convém registrar que a forma escolar itinerante está organizada de acordo com a organicidade do Movimento Sem Terra e do seu Setor de Educação em cada estado, e se apresenta com diferenças e singularidades. Todavia, no limite deste texto, reportamo-nos especialmente às experiências do Rio Grande do Sul e do Paraná (devido ao seu maior tempo de existência), às pesquisas e ao processo de sistematização realizado, à formação de educadores e à vinculação mais direta com as escolas itinerantes desses estados. Outra questão a destacar é que, nas escolas itinerantes no Paraná, está em curso uma experimentação pedagógica que retoma o diálogo com a experiência da escola soviética, mais especificamente no período de 1917 a 1929, a partir das formulações dos educadores como Pistrak, Krupskaya, Shulgin e Makarenko.

A pedagogia socialista é um dos pilares da pedagogia do Movimento Sem Terra e desde o início da formulação de propostas para as escolas do MST, essa referência foi e é estudada. Evidencio que a escola itinerante tem apresentando maiores possibilidades de contrapor-se ao projeto hegemônico da escola tradicional do capital, buscando promover a formação humana. Isso se deve



ao fato de estarem localizadas em espaços de luta pela terra, em que as contradições entre as classes sociais, se tornam mais evidentes e queiramos ou não, adentram a escola.

Ao analisar a escola itinerante em sua organização e sua formação humana, no sentido de emancipação dos sujeitos do campo. Entendo que a contribuição de formação dos educadores é um processo intenso dentro da comunidade escolar, inserida neste contexto.

Vale lembrar o pensamento do Geógrafo Milton Santos (reconhecido internacionalmente), para quem o discurso da desesperança é a alegação do opressor. A narrativa dos que desejam uma nova sociedade igualitária deve ser o da Esperança.

Vale lembrar, aqui, as palavras do autor, citado acima, que em resposta a um repórter que lhe pedia — uma mensagem para os jovens: “Acho que nunca houve uma fase na história da humanidade tão propícia à realização de uma sociedade humana igualitária e feliz. Temos tudo aí para construir uma nova sociedade”. (SANTOS, 1997).

Ao analisar, posso verificar que a comunidade tem a capacidade de retomar essa trajetória construída ao longo do tempo no acampamento com a escola, indo além, interferindo e edificando uma nova perspectiva de ensino e aprendizagem, de forma coletiva e horizontal, de acordo com a visão de mundo dos camponeses.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política da educação, a partir dos interesses sociais das comunidades camponesas. Os objetivos e os sujeitos do campo remetem às questões da terra, do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses ao embate (de classe) entre dois ou mais projetos de campo e entre as lógicas da agricultura familiar versus do latifundiário. Isso têm implicações no projeto de país e de sociedade que defendo e nas concepções da política pública de educação e de formação humana.

## REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Caroline. **EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM ESTUDO SOBRE AS ESCOLAS ITINERANTES DOS ACAMPAMENTOS DO MST**. CAROLINE BAHNIUK, (2009, p..331).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) < Acesso em 18/11/2019.

CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In: CALDART, Roseli; et. al. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 331-336.

MST. Escola Itinerante MST : História, Projetos na Experiências, (2008, p..13).

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **DOSSIÊ MST ESCOLA – documentos e estudos 1990-2001**. – 1ª. Ed. – Veranópolis: MST, 2005.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **CADERNO DE EDUCAÇÃO – Documentos e estudos 1987-2015**. – 1º. ED. – São Paulo, 2017.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Escola itinerante do MST: história, projeto e experiências. Cadernos da Escola Itinerante – MST**, v. 8, n. 1, abr. 2008. 29/05/2015.

PARANÁ, Secretaria Estadual de Educação. **Projeto Político. Pedagógico. Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi**, Londrina, Paraná. Ano 2013.

**Produção: Setor de Educação do MST e Secretaria de Estado da Educação do Paraná Coordenação da Educação do Campo,(2008, p..19).**

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. Coleção Educação/Pedagogia, Editora Expressão Popular, 2000.

SANTOS, Milton. Entrevista: **Um militante da esperança**. Rio de Janeiro: dezembro de 1997. Fonte: Democracia Viva, n.º 2, fev./1998. Disponível em:

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0023.html><

Acesso em 29/05/2015.